

Investimentos anunciados no Brasil por montadoras chegam a R\$ 71,4 bi

Grupo Stellantis revela intenção de injetar R\$ 30 bi no país entre 2025 e 2030, valor recorde

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Os investimentos no Brasil anunciados por montadoras nos últimos três meses chegam a R\$ 71,4 bilhões. O maior aporte foi revelado nesta quarta-feira (6) pelo grupo Stellantis, R\$ 30 bilhões entre 2025 e 2030.

Trata-se de um valor recorde entre as fabricantes de veículos instaladas no país. O dinheiro será direcionado para diferentes áreas, mas o foco principal está no desenvolvimento de modelos híbridos flex.

O primeiro será lançado no segundo semestre deste ano. Essa tecnologia se torna necessária para adequar os carros à última fase do Proconex (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), que entra em vigor no próximo ano.

O anúncio foi feito após encontro do presidente Lula Indio Lula da Silva (PT) com executivos da empresa. Carlos Tavares, CEO global do grupo Stellantis, veio ao país para participar da reunião.

A fabricante reúne as marcas Fiat, Jeep, Peugeot, Citroën e RAM—todas com veículos produzidos no Brasil. Há linhas de montagem em Minas Gerais, em Fernambuco e no Rio de Janeiro.

O investimento dará origem a 400 empregos, número que reúne modelos inéditos e atualizações de veículos que já estão em linha.

De acordo com a montadora, haverá quatro novas plataformas, que darão origem a carros híbridos flex de diferentes níveis, além de uma opção 100% elétrica.

“Nós temos a ambição de ter 30% da frota puramente elétrica no Brasil, o que vai depender também da infraestrutura”, afirma Emanuele Capelloni, presidente do grupo Stellantis na América do Sul.

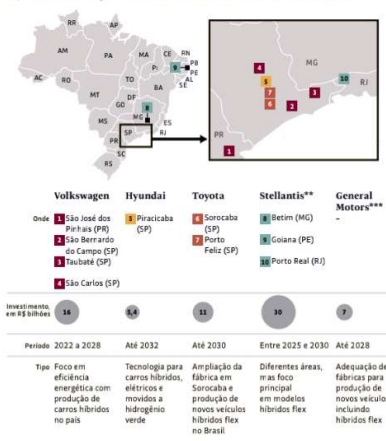
O executivo afirma que, por causa da experiência com o etanol, o Brasil se tornou o centro de desenvolvimento dos novos sistemas híbridos da montadora.

“Temos uma vantagem competitiva, que é o etanol. Até



Plataformas Bio-Hybrid, que conciliam etanol, gasolina e eletricidade, na fábrica da Stellantis em Betim (MG)

Veja montadoras que anunciaram investimento* no Brasil neste ano



*Em dezembro de 2023, a Renault anunciou R\$ 2 bilhões para a produção de novo SUV no Paraná.

**Fiat, Jeep, Peugeot, Citroën e RAM.

***Empresas do conglomerado GM. Fabricas verde contempladas pelo aporte.

um BEV (carro 100% elétrico) na Europa, considerando a cadeia de fornecimento de energia, não consegue chegar ao nível [de decarbonização] que temos no Brasil”, afirma Capelloni.

A montadora chama a sua futura linha de produtos de Bio-Hybrid. Um dos destaques é a opção DCT, equipada com um câmbio automático de dupla embreagem—que é a tradição da sigla DCT, “do inglês clutch transmission”.

Nesse caso, um motor elétrico é instalado junto à caixa de marchas e gerenciado por uma central. Há ainda uma bateria que permite armazenar energia para rodar alguns poucos quilômetros sem queimar combustível (gasolina ou etanol).

A solução vai equipar modelos mais caros da Stellantis, como versões futuras do Jeep Compass. Para os carros compactos, as alternativas são os sistemas de partida otimizados, conhecidos como híbridos leves.

Parte dos R\$ 30 bilhões será direcionada à expansão dos serviços de pós-venda, com ampliação dos pontos de atendimento para veículos que já estão fora da garantia.

Em janeiro, o grupo Stellantis adquiriu 75% da Comercial Automotiva, que é dona da rede Dipaschoil.

Segundo a montadora, o mercado de autopesqas movimentou mais de R\$ 95 bi

lhões na América do Sul em 2023. No Brasil, foram aproximadamente R\$ 6 bilhões no período.

O ciclo de investimentos nos últimos três meses teve início com a Renault. Em dezembro passado, a marca francesa anunciou um aporte de R\$ 2 bilhões para produzir um novo SUV de porte médio no Paraná. O carro terá versões cuja motorização irá conciliar etanol, gasolina e eletricidade.

Em janeiro, foi a vez de a GM revelar seu plano, que soma R\$ 7 bilhões para a renovação de produtos.

“O Brasil é estratégico para o plano global de expansão de negócios da GM. Além de ser um polo exportador de veículos para a América do Sul, conta com um amplo centro de desenvolvimento de engenharia”, disse à época Shilpan Amin, presidente da General Motors International.

O mês de fevereiro teve dois aportes. O primeiro foi anunciado pela Volkswagen, que adicionou R\$ 9 bilhões ao plano que teve início há dois anos. No total, serão R\$ 16 bilhões entre 2023 e 2028.

A ampliação inclui os primeiros carros híbridos produzidos pela montadora no país, além de uma picape que irá concorrer com Fiat Toro, RAM Rampage e Ford Maverick.

Em seguida, a sul-coreana Hyundai confirmou um investimento de R\$ 4,4 milhões. O valor foi divulgado por Lula após reunião com o presidente-executivo global do grupo Hyundai Motor, Eui-Sun Chung.

O valor também será usado para a produção de veículos híbridos no Brasil, que poderão ser feitos tanto em Piracicaba (interior de São Paulo) como em Andajé (GO), por meio de parceria com o grupo Caixa.

Na terça-feira (3), a Toyota confirmou um investimento de R\$ 11 bilhões para a produção de novos modelos híbridos flex no Brasil. De acordo com a montadora japonesa, serão gerados 2.000 empregos diretos.

A empresa anunciou ainda a reestruturação das fábricas, localizadas no interior de São Paulo. A linha de produção de Indaiatuba será transferida para Sorocaba. O movimento será feito de forma gradual, a partir de 2025, com conclusão no ano seguinte. Há ainda a unidade de Porto Feliz, que fabrica motores.

Em 2023, a montadora japonesa fechou a fábrica de São Bernardo do Campo (ABC), que produzia peças

Os riscos por trás do PIB de 2023

Não são medidas pontuais que geram crescimento sustentável perto de 3%

Solange Strour

Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

O resultado do PIB de 2023—crescimento de 2,4%—foi muito maior do que as projeções de início do ano passado, certamente um motivo de comemoração, especialmente depois do crescimento de 3% no ano anterior.

Mas nem tudo é festa. O crescimento ao longo do ano passado foi bastante desigual: de dois trimestres de forte alta, o PIB estagnou na segunda metade de 2023. Além disso, nossa taxa de investimento, uma das mais baixas do mundo, caiu 3% em relação ao ano anterior. Esses dois fatos traçam um cenário preocupante para o futuro.

Para 2024, a expectativa do Ficus é de crescimento de 1,8%. Não é uma desaceleração da demanda de curto prazo.

A decisão de pagar o Ila dos precatórios, por exemplo, é reativa, mas é uma medida que aumenta a renda disponível e possibilita maior consumo. E já apareceram propostas para que uma parcela dos recursos da poupança parava em depósitos compulsórios seja usada para ajudar na capacidade da Caixa em conceder financiamento imobiliário, além de modificações no Pronampe para incentivar os inscritos no Cadastro Único a se tornarem empreendedores. Também não faltam ideias para subsídios à indústria.

Quando as políticas fiscais e monetárias entram em ação para sustentar o PIB, o conflito com a política monetária atrapalha a queda dos juros. Mesmo que o Banco Central este-

ja em meio ao ciclo de afrouxamento monetário (com a taxa de juro real ainda bastante alta), até o momento não está claro o quão restritiva ou estimulativa será a taxa de juros terminal. Quanto maior o estímulo que vem de outros meios que não a política monetária, menos agressivo o BC pode ser nos cortes da Selic.

Não são medidas pontuais que geram crescimento sustentável perto de 3%. Isso só será possível se aumentarmos consideravelmente nossa taxa de investimento. Estamos cada vez mais perto do fim de nossa história demográfica (o período em que a proporção da população em idade ativa aumenta em relação à proporção de jovens e idosos), e temos uma produtividade baixíssima

(com exceção da agropecuária). A taxa de investimento caiu de 17,6% do PIB em 2023 para 16,5% em 2023. Para que o PIB potencial se aproxime de 3%, precisamos ver essa taxa sustentando níveis acima de 20%.

Incentivar o investimento não é difícil. Avancamos com reformas como a trabalhista, a tributária, a lei das estatísticas, entre outras, e todos eles têm efeitos cumulativos. Mas insistimos em ter uma economia fechada, que privilegia cada vez mais o conteúdo nacional, em vez de permitir a importação de máquinas e tecnologia para nos tornar mais produtivos.

Nossa força de trabalho tem nível de educação baixo, a insegurança jurídica está aumentando, e a previsibilidade regulatória, diminuindo. E, principalmente, nossa taxa de juros de equilíbrio continua alta.

Investimento não depende da taxa Selic, e sim das taxas de juros de longo prazo (que se aproximam da taxa percebida como de equilíbrio). Com o propósito de baixá-las, precisamos enfrentar nossa desigualdade fiscal, que é muito mais do que um ajuste dependente

de arrecadação. A nova regra fiscal parece ser forçada com medidas de contenção de gastos, que tragam sustentabilidade para a dívida pública, não de ideias criativas para burlar o novo teto.

Mais importante do que perder tempo em tentar adivinhar provável contingenciamento ou mudança da meta de primário é começar a mudar as regras dos gastos em educação e saúde e encampar uma nova reforma da Previdência (inevitável) após a mudança na regra de indexação do salário mínimo).

Temos um enorme potencial para atrair investimentos, principalmente os relacionados à infraestrutura e energia renovável. Faz toda diferença ter um potencial de crescimento de 1,5% ou 3%. Com 3%, fica muito mais fácil controlar a dívida pública, reequilibrar as contas do governo e entrar num círculo virtuoso de maior equilíbrio fiscal, regras de gastos mais responsáveis de renda. Mas buscar esse número sem estimular o investimento não trará o resultado desejado.